

Câmara Municipal de Pelotas	
Documento Protocolado	
Sob N.º	0166
Em	13/01/09
Responsável	



CÂMARA MUNICIPAL DE PELOTAS-13-Jan-2009-13:31-000166-1/2

PREFEITURA MUNICIPAL DE PELOTAS
GABINETE DO PREFEITO

Pelotas, 13 de janeiro de 2009.

MENSAGEM Nº 002/2009.

Submetemos à apreciação dessa Casa Legislativa o Projeto de Lei anexo, que dispõe sobre a adequação da remuneração do quadro do magistério público municipal ao piso salarial profissional nacional para os servidores do magistério público.

Desta forma, contamos com o acolhimento e aprovação do mesmo nos termos em que se apresenta.

Atenciosamente,

Adolfo Antonio Fetter Junior
Prefeito Municipal

Exmo. Sr.
Adalim Luiz Garcia Medeiros
DD. Presidente da Câmara Municipal
Pelotas- RS



PREFEITURA MUNICIPAL DE PELOTAS
GABINETE DO PREFEITO

Projeto de Lei

Dispõe sobre a adequação dos vencimentos do quadro do magistério público municipal ao piso salarial profissional nacional para os servidores do magistério público da educação básica, para a formação em nível médio, na modalidade Normal, prevista no art. 62 da Lei Federal nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

O PREFEITO DE PELOTAS, ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL.

FAÇO SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU E EU SANCIONO E PROMULGO A PRESENTE LEI.

Art. 1º Esta Lei dispõe sobre a adequação da remuneração do quadro do magistério público municipal ao piso salarial profissional nacional para os servidores do magistério público da educação básica, para a formação em nível médio, na modalidade Normal, prevista no art. 62 da Lei Federal nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

Art. 2º A partir de 1º de janeiro de 2009, os servidores do quadro do magistério público municipal criado pela Lei Municipal nº 3.198, de 09 de maio de 1989, e alterações posteriores, que percebam remuneração total ao que trata o artigo 2º da Lei Federal nº 11.738, de 16 de julho de 2008, terão acrescidas as diferenças, na forma disposta no artigo 3º, inciso 2º da mesma Lei.

Parágrafo único - Os servidores do magistério com jornadas de trabalho inferiores a 40 (quarenta) horas terão suas remunerações proporcionais ao valor mencionado no artigo 2º da Lei Federal nº 11.738, de 16 de julho de 2008.

Art. 3º As despesas decorrentes da presente Lei correrão à conta das dotações orçamentárias próprias.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito de Pelotas, em 13 de janeiro de 2009.

Adolfo Antonio Fetter Junior

Prefeito Municipal

Registre-se. Publique-se.

Abel Dourado

Secretário de Governo

Justificativa

Justifica-se o presente Projeto de Lei pela necessidade de regulamentação da Lei Federal nº 11.738, de Julho de 2008, Piso Salarial Profissional para o Magistério Público da Educação Básica.

A handwritten signature in black ink, consisting of a large, stylized 'O' followed by a series of loops and a final downward stroke.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PELOTAS
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
CONSELHO DE POLÍTICA DE ADMINISTRAÇÃO E REMUNERAÇÃO DE PESSOAL
COPARP

Memorando 01/2009

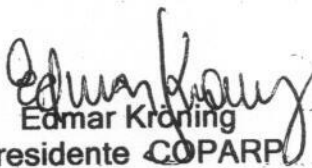
Pelotas (RS) em 13 de janeiro de 2009.

Sr. Secretário,

Conforme reunião extraordinária desse conselho realizada no dia 13 de janeiro do corrente foram analisados e aprovados por unanimidade os projetos de lei:

- Projeto de Lei que dispõe sobre a adequação dos vencimentos do quadro do magistério público municipal ao piso salarial profissional nacional para os servidores do magistério público da educação básica, para a formação em nível médio, na modalidade Normal, prevista no art. 62 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.
- Projeto de Lei que cria no âmbito da Administração Direta Municipal, vagas para cargos e empregos no Quadro Especial da extinta Fmapel, instituído pela Lei nº 4.779, de 24 de janeiro de 2002, vagas para cargos no Quadro de Carreira do Pessoal Estatutário, instituído pela Lei nº 3.116, de 13 de maio de 1988, alterada pela Lei nº 3.338, de 20 de dezembro de 1990 e vagas para o cargo de Professor no Quadro de Carreira do Magistério Público Municipal, instituído pela Lei nº 3.198, de 9 de maio de 1989, alterada pela Lei nº 3.338, de 20 de dezembro de 1990.
- Projeto de Lei que autoriza o Poder Executivo a contratar servidores, por tempo determinado, para atender necessidade temporária de excepcional interesse público com atuação na Secretaria Municipal de Educação e dá outras providências.

Atenciosamente,


Edmar Kroning
Presidente COPARP

ATA 97

Aos nove dias do mês de junho de 2008, reuniram-se os membros do COPAR na Secretaria de Administração e Finanças para apreciar a mensagem nº 448/2008, a qual foi aprovada por unanimidade. Dado o caráter legal e a importância deste assunto, o COPAR deu especial atenção na Lei 308 para modernizar a administração pública federal. O presidente mandou por e-mail para os membros do COPAR o material referente ao estudo, fixando agenda para a 1ª semana de julho a próxima reunião (27/07/08).
 E-mails dos representantes do COPAR: vecomunista@yahoo.com.br; diglasbessa@hotmail.com; elisabet.goncalves@pelotas.com.br; edmarkeering@pelotas.com.br; josilva.silva@pelotas.com.br.
 Nada mais havendo a constar, lavrei a presente ata que se lê e assinada por todos.

ATA 98

Aos treze dias do mês de janeiro de 2009, reuniram-se os membros do COPAR na Secretaria de Administração e Finanças para apreciar os projetos de lei; encontravam-se presentes o representante do Sindicato do SANE, os representantes da SBF, estavam ausentes os representantes do Sindicato e suplentes por encontrarem-se em férias o representante da Câmara de Vereadores. - Projeto de lei que dispõe sobre adequação dos vencimentos do Magistério Público Municipal aprovado por unanimidade. - Projeto de lei que cria vagas para os cargos e empregos no quadro especial da extinta FMAPEL e vagas para os cargos no quadro de carreira de pessoal estatutário e vagas para o cargo de professor no quadro de carreira do Magistério Público Municipal, aprovado por unanimidade; - Projeto de lei que autoriza o Poder Executivo a contratar por tempo determinado para atuação na Secretaria Municipal de Educação aprovado por unanimidade. Nada mais havendo a constar, encerro a presente ata.